STJ

(23/05/13)

TESE	EMENTA	PARADIGMA	TEMA
4	Tributário. ICMS. Creditamento por industrialização. Princípio da não-cumulatividade tributária. Aquisição de Energia Elétrica consumida em estabelecimento comercial. Fato imponível ANTERIOR à edição da Lei Complementar 87/96. Aplicação do Convênio ICMS 66/88. IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO.	REsp. 977.090/ES Julgado com mérito	189
6	Penal e Processual Penal. Execução Penal. Condenação em regime aberto. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito.	REsp. 1.110.823/PR Julgado com mérito REsp. 1.107.314/PR Julgado com mérito REsp. 1.110.824/PR Julgado com mérito	26 25 28
9	Processo Civil. Cautelar de exibição de documentos. Aplicação do art. 359 do CPC. Não aplicabilidade da presunção de veracidade.	REsp. 1.094.846/MS Julgado com mérito	41
10	Tributário. Execução Fiscal. Citação por edital. Condições de cabimento. Frustração das demais modalidades de citação (por correio e por Oficial de Justiça).	REsp. 1.103.050/BA Julgado com mérito	100
11	Acidente do trabalho. INSS. Cumulação do auxílio-acidente com aposentadoria. Lei 9.528/97.	REsp 1.296.673/MG Julgado com mérito	672
16	Tributário. A notificação do contribuinte acerca do lançamento do IPTU pode dar-se por quaisquer atos administrativos eficazes de comunicação.	REsp. 1.111.124/PR Julgado com mérito	112

17	Tributário. Responsabilidade do representante da pessoa jurídica, cujo nome consta da CDA, para responder por débitos da pessoa jurídica. Exceção de Pré-Executividade. Execução Fiscal. Hipóteses de cabimento.	REsp. 1.104.900/ES Julgado com mérito REsp. 1.110.925/SP Julgado com mérito	101 107
19	Tributário. ICMS. Existência ou não de isenção de ICMS sobre o bacalhau oriundo de país signatário do GATT – General Agreement on Tariffs and Trade.	REsp. 871.760/BA Julgado com mérito	90
20	Direito Econômico. Capitalização mensal de juros em ação revisional de contrato bancário.	REsp. 973.827/RS Julgado com mérito	279
21	Legalidade da cláusula que prevê comissão de permanência em contrato bancário na hipótese de inadimplência do consumidor.	REsp. 1.058.114/RS Julgado com mérito REsp. 1.063.343/RS Julgado com mérito	49 48
24	Crédito fiscal decorrente de multa administrativa. Natureza. Prazo prescricional aplicável.	REsp. 1.105.442/RJ Julgado com mérito	134
28	Tributário. Possibilidade de interrupção da prescrição por meio de citação por edital em ação de execução fiscal. Aplicação da LC 118/2005 aos processos em curso.	REsp 999.901/RS Julgado com mérito	119
30	Tributário. Possibilidade de responsabilização do promitente vendedor e/ou do promitente comprador pelo pagamento do IPTU na execução fiscal, diante da existência de negócio jurídico que visa à transmissão da propriedade (contrato de compromisso de compra e venda).	REsp. 1.111.202/SP Julgado com mérito	119
33	Tributário. ISS. Possibilidade de interpretação extensiva dos serviços bancários constantes da lista anexa à LC 116/2003 e, para os fatos jurídicos que lhe são pretéritos, da lista anexa ao DL 406/68.	REsp. 1.111.234/PR Julgado com mérito	130
41	Tributário. Termo inicial do prazo para oferecimento dos embargos à execução fiscal, quando a garantia consiste na penhora de bens e direitos.	REsp. 1.112.416/MG Julgado com mérito	128
42	Civil. Empréstimo compulsório instituído sobre energia elétrica. Quantificação da condenação da ELETROBRÁS. Termo inicial de contagem do prazo prescricional. Incidência de correção	REsp. 1.028.592/RS Julgado com mérito	72

	monetária plena, juros remuneratórios e moratórios, e seus percentuais e taxa SELIC. Possibilidade de devolução em ações.		
43	Tributário. Repetição do indébito de tributo estadual. Juros de mora. Definição da taxa aplicável.	REsp. 1.111.189/SP Julgado com mérito	115
46	Processo Civil. Honorários advocatícios. Acórdão transitado em julgado omisso quanto à verga de sucumbência. Ajuizamento da ação própria. Inadmissibilidade.	REsp. 886.178/RS Julgado com mérito	245
51	Tributário. Processo Civil. Execução Fiscal. Penhora sobre o faturamento. Possibilidade. Ordem de preferência – LEF.	REsp 1.315.825/RJ REsp. 1.363.049/RJ REsp.0035353-53.2010.8.19.0000	
54	Processo Civil. Taxa de juros moratórios devidos a partir do CC 2003. Ofensa à coisa julgada.	REsp. 1.111.117/PR Julgado com mérito REsp. 1.111.118/PR Julgado com mérito REsp. 1.111.119/PR Julgado com mérito REsp 1.112.743/BA Julgado com mérito	168 169 170 195
57	Civil. Consumidor. Direito à saúde. Aplicação retroativa de leis sobre planos de saúde.	REsp. 0005827-56.2003.8.19.0042	
58	Administrativo. Apreensão / Retenção de veículo. Autoexecutoriedade. Condicionamento ao pagamento de multas, diárias e despesas correlatas.	REsp. 1.104.775/RS Julgado com mérito	120
59	Administrativo - Gratificação de Encargos Especiais - DER-RJ – INATIVOS. Natureza da gratificação. Juros moratórios (Art. 1º-F da Lei 9.494/97). Prescrição (Art. 1º do Decreto 20.910/32).	REsp. 1.358.183/RJ REsp. 1.360.480/RJ	

60	Previdenciário. Processual Civil. Fazenda Pública. INSS. Custas e despesas processuais na Justiça Estadual. Art. 1º da Lei 9494/97. Art. 27 do CPC. Art. 475, §2º do CPC.	REsp. 1.101.727/PR Julgado com mérito	18
61	Cartão de credito. Revisão de cláusulas contratuais. Repetição de indébito. Danos morais. Cobrança de juros acima do limite constitucional. Anatocismo.	REsp 1.365.966/RJ REsp.0002733-71.2002.8.19.0063	
65	Processo Civil. Consumidor. Planos Econômicos. Extratos Bancários. Aplicabilidade / Retroatividade do CDC. Ônus da prova. Prazo de guarda dos extratos. Multa.	REsp. 1.133.872/PB Julgado com mérito	457
67	Tributário. Responsabilidade dos sócios para responder por débitos da pessoa jurídica devedor em execução fiscal.	REsp. 1.101.728/SP Julgado com mérito	95
68	PROCESSO CIVIL. ART. 475-J DO CPC. Possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.	REsp. 1.321.294/RJ Negado seguimento	
69	Penal. Decadência do direito de punir. Notificação do infrator de trânsito não expedida no prazo de trinta dias. Possibilidade de reinício do procedimento administrativo.	REsp. 1.092.154/RS Julgado com mérito	104
71	Saúde. Medicamentos. Insumos e similares. Fornecimento obrigatório pelo ente público. Substituição de medicamento. Julgamento *extra petita*.	REsp. 1.102.457/RJ Afetado REsp 1.101.725/RS Afetado	105 96
72	Expurgos Inflacionários decorrentes de planos econômicos (VERÃO / BRESSER / COLLOR).	REsp. 1.107.201/DF Julgado com mérito REsp 1.147.595/RS Julgado com mérito	329 330
73	Tributário. Prazo prescricional para o contribuinte pleitear a devolução do indébito, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação.	REsp. 1.002.932/SP Julgado com mérito	138
74	Tributário. Possibilidade de substituição da CDA antes da sentença de mérito, na forma do disposto no §8º, do artigo 2º, da Lei 6.830/80, na hipótese de mudança de titularidade do imóvel sobre	REsp. 1.045.472/BA Julgado com mérito	181

	o qual incide o IPTU.		
76	CIVIL. SFH. Legitimidade do adquirente do imóvel por meio de 'contrato de gaveta' para demandar em juízo a revisão de cláusulas pactuadas em contrato de mútuo habitacional, se realizada a cessão sem a anuência da instituição financeira.	REsp 1.150.429/CE Julgado com mérito	608
77	Penal. Impossibilidade de fixação da pena base abaixo do mínimo legal em razão de atenuantes.	REsp. 1.117.073/PR Julgado com mérito REsp. 1.117.068/PR Julgado com mérito	213 208
78	Previdenciário. Termo inicial. Cessação do auxílio doença. Possibilidade de cumulação com o auxílio acidente. Termo inicial de incidência dos juros.	REsp 1.339.199/RJ	
79	Execução Penal. Falta grave. Reinício da contagem do prazo para progressão de regime de cumprimento de pena.	REsp. 0046306-13.2009.8.19.0000	
81	Caderneta de poupança. Plano COLLOR. Saldo em cruzados novos superiores ao limite estabelecido e transferidos ao BACEN. Ilegitimidade passiva da instituição financeira depositária.	REsp. 1.070.252/SP Julgado com mérito	94
84	Processo Civil. Art. 475–J. Intimação do devedor. Termo inicial da incidência da multa.	REsp. 1.262.004/RJ Negado seguimento REsp. 1.262.933/RJ Afetado	 628
85	Família. Alimentos. Incidência nas verbas de gratificação natalina e férias recebidas pelo alimentante.	REsp. 1.106.654/RJ Julgado com mérito	211
86	Previdência Privada. Contribuição. Prazo prescricional.	REsp. 1.110.561/SP Julgado com mérito REsp. 1.111.973/SP Julgado com mérito	58 62
87	Consumidor. Cobrança de consumo de água pela tarifa mínima (multiplicada pelo número de economias) ou por estimativa. Aferição do consumo de todas as unidades por um único hidrômetro.	REsp. 1.166.561/RJ Julgado com mérito	465

89	Processo Penal. Execução. Visitação periódica do lar pelo apenado. Limite para as autorizações de saídas temporárias a critério da administração penitenciária. Alegação de violação do artigo 124 da Lei 7.210/84.	REsp. 1.102.482/RJ Julgado com mérito	17
92	DPVAT. Correção monetária e juros de mora. Termo inicial. Índices e percentuais.	REsp. 1.098.365/PR Julgado com mérito	220
93	Previdenciário. Auxílio-acidente. Lei 9032/95. Lei mais benéfica. Possibilidade de incidência imediata.	REsp. 1.096.244/SC Julgado com mérito	23
94	Processo Civil. Possibilidade de compensação dos honorários advocatícios nos termos do art. 21 do CPC quando da ocorrência de sucumbência recíproca sem implicar em violação do art. 23 do Estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94.	REsp. 963.528/PR Julgado com mérito	215
95	Processo Civil. Impossibilidade de julgamento monocrático dos Embargos de Declaração opostos contra decisão de órgão colegiado.	REsp. 1.049.974/SP Julgado com mérito	214
96	Instituição Financeira. Revisão Contratual. Fixação dos juros remuneratórios. Limitação.	REsp. 1.061.530/RS Julgado com mérito REsp. 1.112.879/PR Julgado com mérito	32 260
100	Processo Civil. Conversão de ação de execução em ação monitória.	REsp. 1.129.938/PE Julgado com mérito	347
101	Civil - DPVAT. Prazo prescricional. Alegação de violação dos arts. 205 e 206, §3º, IX do Código Civil.	REsp. 1.362.083/RJ Negado seguimento REsp. 1.363.050/RJ Negado seguimento REsp. 1.361.552/RJ	

106	Tributário. IPTU. Declaração da prescrição sem oitiva da Fazenda Pública. Créditos prescritos antes do ajuizamento da execução. Prescrição intercorrente. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição. Isenção de custas.	REsp. 1.100.156/RJ Julgado com mérito Resp. 1.102.431/RJ Julgado com mérito	133 200
114	Reintegração de Posse. Leasing. VRG. Devolução dos Valores. Possibilidade.	REsp. 1.099.212/RJ Julgado com mérito	581
117	Consumidor. Contrato de saúde. Recusa da seguradora a autorizar internação. Urgência / Emergência. Prazo de carência. Danos morais.	REsp. 1.147.866/RJ	
118	PROCESSO CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRAZO DECADENCIAL. Ação ajuizada por correntista visando esclarecimentos acerca de lançamentos. Inaplicabilidade do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.	REsp 1.117.614/PR Julgado com mérito	532
123	Tributário. Processo Civil. Imposto de renda retido na fonte sobre verbas indenizatórias. Prescrição.	REsp. 1.114.404/MG Julgado com mérito	251
124	Processo Civil. Execução Fiscal. Substituição de bem penhorado por precatório. Inviabilidade. Penhora de precatório equivale à de crédito e não de dinheiro.	REsp. 1.090.898/SP Julgado com mérito	116
127	SFH. Legalidade do reajuste do saldo devedor pela TR para os contratos firmados após a Lei 8.177/91. Para os contratos anteriores à referida lei, também é cabível a correção pela TR, desde que haja previsão contratual de correção do saldo devedor pela taxa básica de remuneração dos depósitos em poupança, sem índice específico. Obrigatoriedade de contratação de seguro habitacional, vedada a venda casada. Capitalização dos juros VEDADA em qualquer periodicidade. ANATOCISMO. Incidência das Súmulas 5 e 7. Ausência de limitação dos juros remuneratórios.	REsp. 1.070.297/PR Julgado com mérito REsp. 969.129/MG Julgado com mérito	42 51
131	TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TERMO INICIAL CONTADO DA DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO.	REsp. 1.110.578/SP Julgado com mérito	145

132	PREVIDÊNCIA PRIVADA. Cabimento da diferença de correção monetária (expurgos inflacionários) incidente sobre as contribuições vertidas a entidade de previdência privada. Aplicabilidade do IPC. Percentual. Validade da quitação dos expurgos inflacionários por instrumento de transação.	REsp. 1.183.474/DF Julgado com mérito REsp. 1.177.973/DF Julgado com mérito	594 593
136	Penal. Tráfico ilícito de entorpecente. Crime previsto no art. 12, §2º da Lei 6.368/76. Ausência de previsão na Lei 11.343/06. *Abolitio criminis*. Extinção da punibilidade.	REsp. 1.318.503/RJ REsp. 1.316.635/RJ Não admitido como representativo da controvérsia pelo S.T.J. (D.O. 16/05/2013)	
139	TRIBUTÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. Inexistência de lei que autorize considerá-lo como rendimento isento. Art. 40, § 19 da CF, art. 2º, § 5º e art. 3º, § 1º da EC 41/2003 e art. 7º da Lei 10.887/04.	REsp. 1.192.556/PE Julgado com mérito	477
142	Previdenciário. Pecúlio post mortem. Concessão de benefício de servidor falecido após a edição da Lei nº 9.717, e 27/11/1998.	REsp. 1.335.222/RJ REsp. 1.337.243/RJ	
143	Transporte irregular. Passageiros. Condicionamento ao pagamento de multa e despesas. Impossibilidade. Artigo 231, inciso VIII do CTB.	REsp. 1.144.810/MG Julgado com mérito	365
145	TRIBUTÁRIO. ICMS. Não incidência sobre o valor pago a título de "demanda contratada" de energia elétrica. Legitimidade do contribuinte de direito.	REsp. 960.476/SC Julgado com mérito REsp 903.394/AL Julgado com mérito	67 192
146	Incidência do coeficiente de equiparação salarial – CES no cálculo do reajuste do encargo mensal subjacente aos contratos de mútuo do sistema financeiro de habitação – SFH, antes da edição da Lei 8.692/93.	REsp. 880.026/RS Afetado	74
148	PRECATÓRIO. Incidência de correção monetária e juros moratórios entre a data da expedição da Requisição de Pequeno Valor – RPV e seu efetivo pagamento.	REsp.1.143.677/RS Julgado com mérito	319

150	Tributário. Compensação de crédito. ICMS. Nota fiscal inidônea – art. 23 da LC 87/96. Possibilidade.	REsp. 1.148.444/MG Julgado com mérito	302
152	Tributário. ICMS sobre a importação de aeronave sob o regime de arrendamento simples.	REsp. 1.131.718/SP Julgado com mérito	304
154	Tributário. ICMS. Alíquotas diferenciadas em operações interestaduais. Empresa de construção civil. Aquisição de material.	REsp. 1.135.489/AL Julgado com mérito	291
155	Tributário. ICMS. Legitimidade da base de cálculo sobre o valor total dos alimentos e bebidas por bares, restaurantes e similares.	REsp. 1.135.534/PE Julgado com mérito	307
156	Processo Civil. DPVAT. Competência. Exceção de Incompetência. Possibilidade de declínio de ofício.	REsp. 1.358.020/RJ REsp. 1.357.813/RJ Afetado	756
157	Tributário. ICMS. Não-incidência sobre o deslocamento de equipamentos ou mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Não-transferência de propriedade.	REsp. 1.125.133/SP Julgado com mérito	288
172	Processo Civil. Fraude à execução. Bem imóvel. Requisitos para a sua caracterização	REsp. 773.643/DF Afetado	272
175	Processo Civil. Imóvel sede da empresa individual executada. Impenhorabilidade absoluta	REsp. 1.114.767/RS Julgado com mérito	315
177	Consumidor. Indenização por danos morais decorrente de inscrição do nome do devedor nos cadastros de restrição ao credito sem previa comunicação, em especial nos casos onde o devedor possua outras inscrições nos cadastros de devedores. Violação ao artigo 43, § 2º da lei 8.078/90.	REsp. 1.061.134/RS Julgado com mérito	34
181	Processo Civil. Renúncia tácita em extinção da execução pela satisfação do débito.	REsp. 1.143.471/PR Julgado com mérito	317
182	Processo Civil. Boa-fé de terceiro adquirente em face da inexistência de registro de penhora.	REsp. 1.141.990/PR Julgado com mérito	318

183	Processo Civil. Necessidade de autenticação de cópias que instruem o recurso de agravo de instrumento.	REsp. 1.111.001/SP Julgado com mérito	132
184	Processo Civil. Necessidade de esgotamento das diligências para localização de bens para a adoção do artigo 655-A do CPC.	REsp. 1.112.943/MA Julgado com mérito	240
185	Civil. Restituição das parcelas pagas em consórcio em caso de desfazimento do contrato.	REsp. 1.119.300/RS Julgado com mérito	335
186	Consumidor. Ação de cobrança da tarifa de água e esgoto. Prazo prescricional. Aplicação da regra geral prevista no Código Civil, qual seja, o art. 177 do CC/16 ou art. 205 do NCC, conforme a data do vencimento, com as regras do art. 2028 do NCC.	REsp. 1.117.903/RS Julgado com mérito	283
188	PREVIDENCIÁRIO. Revisão, *de ofício*, pelo INSS, da renda mensal inicial. Termo *a quo* do prazo decadencial de cinco anos, previsto na Lei 9784/99, para os atos que lhe são anteriores, a data da sua publicação (01/02/99). Art. 103-A da Lei 8213/91. Aumento do prazo para dez anos a partir da MP 138 de 19/11/2003, convertida na Lei 10.839/2004.	REsp. 1.114.938/AL Julgado com mérito	237
189	Processo Civil. Cabimento de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença.	REsp. 1.134.186/RS Julgado com mérito	456
190	Processo Civil. Possibilidade de reconhecimento *ex officio* da ausência de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso nos termos do artigo 526 do CPC.	REsp. 1.008.667/PR Julgado com mérito	313
191	Processo Civil. Agravo interno. Multa do artigo 557 parágrafo 2º do CPC.	REsp. 1.198.108/RJ Julgado com mérito	513
192	Tributário. Incidência de ICMS sobre serviços suplementares, adicionais ou atividade meio ao serviço de comunicação.	REsp 1.176.753/RJ Julgado com mérito	482
193	Processo Civil. Empréstimo compulsório instituído sobre energia elétrica. Existência de litisconsórcio necessário entre a União e a Eletrobrás.	REsp. 1.145.146/RS Julgado com mérito	340

195	Direito Tributário. Possibilidade de extinção de ofício da execução fiscal com fulcro no artigo 267 inciso III do CPC.	REsp. 1.120.097/SP Julgado com mérito	338
197	Direito Econômico. Legalidade da cobrança de juros remuneratórios devidos em contrato bancário. Inexistência de prova da taxa pactuada ou cláusula que indique o percentual a ser observado.	REsp. 1.112.880/PR Julgado com mérito	261
199	Processo Civil. Sucessão / Cisão. Limites subjetivos da coisa julgada. Cumprimento de sentença. Responsabilidade patrimonial da cessionária. (Ação de indenização por acidente ferroviário. FLUMITRENS e SUPERVIA. Não caracterização de sucessão empresarial. Ilegitimidade passiva *ad causam* da SUPERVIA para responder por ilícitos atribuídos à FLUMITRENS.)	REsp. 1.120.620/RJ Julgado com mérito	555
200	Direito Tributário. Prazo prescricional para a propositura de ação declaratória de nulidade de lançamento. Artigo 1º do DC 20.910/32.	REsp. 947.206/RJ Julgado com mérito	255
202	Caderneta de poupança. Prazo prescricional das ações de cobrança de expurgos inflacionários.	REsp. 1.107.201/DF Julgado com mérito REsp 1.147.595/RS Julgado com mérito	329 330
203	Processo Civil. Validade da Intimação onde conste o nome correto do advogado, apesar de equivocado o número de inscrição na OAB.	REsp 1.131.805/SC Julgado com mérito	314
208	Processo Civil e tributário. Recurso Especial representativo de controvérsia. Artigo 543-C do CPC. Restituição. Imposto de renda retido na fonte. Legitimidade passiva do Estado da Federação. Repartição da Receita tributária.	REsp 989.419/RS Julgado com mérito	212
210	Telefonia. Pulsos Excedentes. Discriminação dos valores cobrados além da franquia. Obrigatoriedade.	REsp. 1.072.662/MG Julgado com mérito	86

		REsp. 1.074.799/MG Julgado com mérito	87
211	Processo Civil. Ajuizamento de ação anulatória do crédito fiscal. Condicionamento ao depósito prévio do montante integral. Impossibilidade.	REsp 962.838/ BA Julgado com mérito	268
213	Processo Civil. Termo inicial do prazo para interposição de recurso contra decisão que antecipa os efeitos da tutela: intimação da parte obrigada ("ciência inequívoca") ou juntada do mandado aos autos.	REsp. 1.150.159/SP Afetado	419
214	Direito Previdenciário. Auxílio acidente. Desnecessidade de que a moléstia incapacitante seja irreversível. Não incidência da súmula 7 STJ.	REsp 1.112.886/SP Julgado com mérito	167
216	Processo Civil. Honorários advocatícios. Condenação da Fazenda Pública. Autarquia estadual. Demandas patrocinadas pela Defensoria Pública Estadual. Confusão entre as qualidades de credor e devedor. Alegação de contrariedade ao artigo 381 do CC/2002.	REsp. 1.199.715/RJ Julgado com mérito	504
219	Tributário. Incidência de ISS sobre operações de arrendamento mercantil ou *leasing.* (Incide ISSQN sobre operações de arrendamento mercantil financeiro. O sujeito ativo da relação tributária, na vigência do DL 406/68, é o Município da sede do estabelecimento prestador (art. 12). A partir da LC116/03, aquele onde o serviço é efetivamente prestado, onde a relação é perfectibilizada, é assim entendido o local onde se comprove haver unidade econômica ou profissional da instituição financeira com poderes decisórios suficientes à concessão e aprovação do financiamento - núcleo da operação de *leasing* financeiro e fato gerador do tributo.)	REsp. 1.060.210/SC Julgado com mérito	385
222	Previdenciário. Termo inicial da aposentadoria por invalidez quando ausente requerimento administrativo. Data da citação válida ou a data da elaboração laudo pericial.	REsp. 1.104.826/SP Desafetado REsp. 0000302-46.1988.8.19.0066	400
223	Processo Civil. Empréstimo compulsório instituído sobre energia elétrica. Competência da Justiça Federal ou Estadual.	REsp. 1.111.159/RJ Julgado com mérito	191
224	Civil. Índice de correção monetária aplicável aos depósitos judiciais.	REsp. 1.131.360/RJ Afetado	407

225	Civil. Possibilidade de cessão de créditos atinentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica instituído em favor da Eletrobrás.	REsp.1.119.558/SC Julgado com mérito	405
227	Processo Civil. Depositário Infiel. Prisão. Impossibilidade.	REsp. 914.253/SP Julgado com mérito	241
229	Processo civil. Desnecessidade de intimação do agravado para responder ao recurso nos termos do art. 527, I do CPC. Necessidade de intimação quando a decisão causa prejuízo ao agravado.	REsp. 1.148.296/SP Julgado com mérito	416
230	Penal e Processual Penal. Tráfico de drogas. Crime cometido na vigência da Lei 6.368/76. Julgamento na vigência da Lei 11.343/06. Aplicação das duas leis ao mesmo tempo. Fusão de leis. Impossibilidade. Aplicação da lei mais benéfica, aplicada ao caso concreto. Negativa de vigência simultânea dos arts. 12 da Lei 6.368/76 e do art. 33, §4º da Lei 11.343/06.	REsp. 1.117.068/PR Julgado com mérito	208
232	Processo Civil. Honorários advocatícios devidos à Defensoria Pública pelo Município e Estado. Instituto da confusão.	REsp. 1.108.013/RJ Julgado com mérito	125
234	Tributário. Processo Civil. Impossibilidade de revisão judicial da confissão de dívida efetuada com o escopo de obter o parcelamento de débitos tributários, quando o fundamento desse reexame judicial é relativo à situação fática sobre a qual incide a norma tributária.	REsp.. 1.133.027/SP Julgado com mérito	414
236	Tributário. Processo Civil. Possibilidade ou não de substituição do depósito integral do montante da exação por fiança bancária, sob o enfoque do art. 151 do CTN e do Enunciado sumular nº 112 do STJ.	REsp. 1.156.668/DF Julgado com mérito	417
237	Processo Civil. Penhora do faturamento da empresa após a ocorrência de leilão negativo do bem anteriormente penhorado. Novos embargos. Possibilidade.	REsp. 1.116.287/SP Julgado com mérito	316
238	Administrativo. Repetição de Indébito. Contribuição previdenciária.	REsp 1.086.935/SP	88

	Natureza tributária. Termo inicial dos juros moratórios. Servidor público inativo.	Julgado com mérito	
239	Processo Civil. Rede de eletrificação rural. Cobrança dos valores aportados. Prazo prescricional.	REsp. 1.063.661/RS Julgado com mérito	334
240	Tributário. Alteração de dados cadastrais. Erro de fato. Revisão do lançamento do IPTU.	REsp. 1.130.545/RJ Julgado com mérito	430
241	Tributário. Extensão da responsabilidade tributária da empresa sucessora às multas moratórias ou de outra espécie aplicadas à empresa sucedida. Possibilidade.	REsp. 923.012/MG Julgado com mérito	422
242	Processo Civil. Competência do juízo do inventário para apreciar pedido e reconhecimento de isenção do ITCMD.	REsp. 1.150.356/SP Julgado com mérito	434
243	Consumidor. Contrato de seguro de vida em grupo. Resilição do contrato pela seguradora. Possibilidade de manutenção pelo segurado com as mesmas cláusulas.	REsp. 1.108.674/RJ REsp. 1.117.088/RJ	
244	Processo Civil. Prazo prescricional para o exercício da pretensão de cobrança judicial dos créditos tributários sujeitos a lançamento de ofício. IPVA.	REsp. 1.320.825/RJ	
245	Processo Civil. Tributário. Reunião de processos contra o mesmo devedor por conveniência da unidade da garantia da execução. Artigo 28 da Lei 6830/80. Possibilidade. Faculdade do Juiz.	REsp. 1.158.766/RJ Julgado com mérito	435
246	Processo Civil. Legitimidade passiva da Brasil Telecom como sucessora da Companhia Riograndense de Telecomunicações para responder pela complementação acionária decorrente de contrato de participação financeira celebrado entre adquirente de linha telefônica e a incorporada.	REsp. 1.034.255/RS Julgado com mérito	332
248	CIVIL. Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Imputação dos pagamentos mensais. Aplicação do critério previsto no Código Civil (art. 354 CC/2002 ou art. 993 CC/16), na ausência de disposição contratual em outro sentido.	REsp 1.194.402/RS Julgado com mérito	479
250	Aplicação da multa de 10% prevista no caput do artigo 475-J do	REsp. 1.147.191/RS	420

	CPC. Cumprimento de sentença ilíquida. Devedor que efetua o depósito da parte incontroversa e apresenta garantia referente aos valores controvertidos, objeto de impugnação.	Afetado	
251	Previdenciário. Concessão de benefício nos casos de perda mínima da capacidade laboral.	REsp. 1.109.591/SC Julgado com mérito REsp. 1.095.523/SP Julgado com mérito	469 29
252	Tributário. Tributo sujeito a lançamento por homologação. Contribuição previdenciária. Inexistência de pagamento antecipado. Decadência do direito do Fisco constituir o crédito tributário. Termo inicial. Artigo 173, inciso I do CTN. Aplicação cumulativa dos prazos previstos nos artigos 150 parágrafo 4º e 173 do CTN. Impossibilidade.	REsp. 973.733/SC Julgado com mérito	178
255	Processo Civil. Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Condenação em honorários advocatícios. Possibilidade.	REsp. 1.185.036/PE Julgado com mérito	475
256	Penal. Circunstância judicial. Maus antecedentes. Artigo 59 do CP. Processos em curso. Presunção de não culpabilidade.	REsp. 1.201.793/RJ	
257	Previdenciário. Aposentadoria por Invalidez concedida antes da CF de 88. Correção Monetária. Legislação aplicável.	Resp. 1.113.983/RN Julgado com mérito	207
258	Tributário. Execução Fiscal. Prescrição da pretensão de o Fisco cobrar judicialmente o crédito tributário. Tributo sujeito a lançamento por homologação. *Dies a quo*. Dato do vencimento da obrigação tributária.	Resp. 1.120.295/SP Julgado com mérito	423
268	Processo Civil. Impossibilidade de deferimento *ex officio* de reforço da penhora realizada validamente no executivo fiscal.	Resp. 1.127.815/SP Julgado com mérito	290
275	Administrativo. PIS e COFINS. Competência da Justiça Estadual. Legitimidade do repasse das contribuições pela concessionária ao consumidor.	Resp. 1.185.070/RS Julgado com mérito	483
277	Administrativo. Civil. Serviços de fornecimento de água. Repetição do Indébito. Prazo prescricional. Aplicação da regra geral prevista no Código Civil, qual seja, o art. 177 do CC/16 ou	Resp. 1.113.403/RJ Julgado com mérito	165

	art. 205 do NCC, conforme a data do pagamento, com as regras do art. 2028 do NCC. Cobrança da tarifa progressiva. Possibilidade.		
278	Direito Penal. Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool. Constatação de embriaguez por outro meio idôneo que não o etilômetro.	Resp. 1.111.566/DF Julgado com mérito	524
279	Tributário. ICMS. Operações de consumo de energia elétrica e telecomunicações. Princípio da seletividade e essencialidade. Aplicação da alíquota genérica de 18%.	Resp. 1.119.872/RJ Julgado	489
281	PROCESSUAL CIVIL. PROCURADOR FEDERAL. INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA LEI 10.910/04. Os Procuradores Federais e os Procuradores do Banco Central, consoante preconizado no art. 17 da Lei 10.910/04, têm como prerrogativa o recebimento da intimação pessoal.	REsp 1.042.361/DF Julgado com mérito	258
282	Legitimidade ou não da cobrança de tarifa de assinatura mensal relativa à prestação de serviços de telefonia e à existência, ou não, de litisconsórcio passivo necessário entre a empresa concessionária de telefonia e a ANATEL.	Resp. 1.068.944/PB Julgado com mérito	70
283	Consumidor. Plano de Saúde. Reajuste de mensalidade. Alteração de faixa etária. Prévia autorização pela ANS.	REsp. 1.267.482/RJ	
284	Processo Civil. Correção monetária. Inexistência de pedido expresso do autor da demanda. Matéria de ordem pública. Pronunciamento judicial de ofício. Possibilidade. Julgamento *extra* ou *ultra petita*. Inocorrência.	Resp. 1.112.524/DF Julgado com mérito	262
285	Tributário. Processo Civil. Execução Fiscal. Sócios gerentes. Responsabilidade solidária. CTN artigo 135. Prescrição.	Resp. 1.201.993/SP Afetado	521
286	Processo Civil. Possibilidade de levantamento do depósito judicial em execução provisória oriunda de ação de indenização por danos morais e materiais no valor não excedente a 60 salários mínimos sem a prestação de caução.	REsp. 1.145.353/PR Julgado com mérito REsp. 1.145.358/PR Julgado com mérito	520 576

290	Telefonia. Contratos de Cessão e Participação Financeira. Planos de expansão. Definição do valor patrimonial das ações. Natureza da obrigação. Prescrição.	REsp. 1.033.241/RS Julgado com mérito	40
304	Consumidor. Responsabilidade civil do contratante. Uso indevido por terceiros de documentos extraviados ou objeto de furto ou roubo. Risco do empreendimento.	Resp. 1.199.782/PR Julgado com mérito Resp. 1.197.929/PR Julgado com mérito	554 553
305	Tributário. Substituição da CDA ou emenda para prosseguimento da execução fiscal pelo valor remanescente daquele constante do lançamento tributário ou do formalizador do contribuinte fundado em legislação posteriormente declarada inconstitucional em sede de controle difuso.	Resp. 1.115.501/SP Julgado com mérito	281
307	Civil. Cheque. Fraude em endosso. Responsabilidade do banco sacado. Obrigação de verificação da assinatura, além da regularidade da série de endosso.	Resp. 1.121.358/RJ	
309	Tributário. Recurso Administrativo. Discussão sobre a necessidade do depósito prévio como condição para interposição de recurso posterior.	Resp. 894.060/SP Julgado com mérito	85
311	Administrativo. Servidor Público. Ativo. Inativo. Pensionista. Percentual de juros em desfavor da Fazenda Pública. Código Civil X art. 1º-F da Lei 9494/97.	Resp. 1.086.944/SP Julgado com mérito	6
324	PROCESSUAL CIVIL. Necessidade da juntada, no momento da interposição do agravo de instrumento previsto no art. 522 do CPC, de peças necessárias à compreensão da controvérsia (art. 525, II do CPC).	Resp. 1.102.467/RJ Julgado com mérito	546
325	PROCESSUAL CIVIL. Possibilidade de a parte autora interpor recurso adesivo de decisão que, em pedido de indenização por danos morais, fixa o valor da condenação em patamar inferior ao pleiteado.	Resp. 1.102.479/RJ Afetado	543

328	Consumidor. Necessidade de comprovação mediante AR do recebimento pelo devedor da correspondência através da qual ele é cientificado da inscrição de inadimplente.	Resp. 1.083.291/RS Julgado com mérito	59
331	RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Possibilidade de condenação solidária de seguradora que foi litisdenunciada pelo segurado, causador de danos a terceiros, em ação de indenização por este ajuizada.	Resp. 925.130/SP Julgado com mérito	556
332	RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Possibilidade de a vítima ajuizar pretensão indenizatória diretamente em face da seguradora do agente causador do dano, ainda que não tenha este feito parte do contrato de seguro.	Resp. 962.230/RS Julgado com mérito	558
333	ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. Necessidade da prévia avaliação do imóvel para apuração do valor da justa indenização para a concessão de imissão provisória em ação de desapropriação por utilidade pública em caráter de urgência.	Resp. 1.185.583/SP Julgado com mérito	559
334	PROCESSO PENAL. LEI MARIA DA PENHA. Crime de lesão corporal leve. Ação penal pública condicionada à representação da vítima. O art. 41 da Lei 11.340/06, que veda a aplicação da Lei 9.099/95, restringe-se à execução do procedimento sumaríssimo e das medidas despenalizadoras.	Resp. 1.097.042/DF Julgado com mérito	197
335	RESPONSABILIDADE CIVIL. Responsabilidade da instituição financeira que, recebendo título por endosso-mandato, leva-o indevidamente a protesto.	Resp. 1.063.474/RS Julgado com mérito	551
336	RESPONSABILIDADE CIVIL. Responsabilidade da instituição financeira que, recebendo título por endosso translativo, leva-o indevidamente a protesto.	Resp. 1.213.256/RS Julgado com mérito	552
345	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL. Vencimentos. Conversão em URV. Competência privativa da União para legislar sobre sistema monetário e de medidas. Regras de conversão constantes da Lei 8.880/94 (Plano REAL) que alcançam todos os servidores públicos.	Resp. 1.101.726/SP Julgado com mérito	11
348	PROCESSO CIVIL. Foro competente para liquidação individual de sentença proferida em ação civil pública. Art. 2º-A da Lei 9.494/97 e art. 16 da Lei 7.347/85.	Resp. 1.243.887/PR Julgado com mérito Resp. 1.247.150/PR	568 569

		Julgado com mérito	
349	PROCESSO CIVIL. Possibilidade de aplicação imediata da Lei 11.960/09, que alterou o critério de cálculo dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública, previsto no art. 1º da Lei 9.494/97, às ações ajuizadas antes da sua vigência.	Resp. 1.205.946/SP Julgado com mérito	573
351	EXECUÇÃO PENAL. Saídas temporárias. Limitação da quantidade de dias.	REsp. 1.166.251/RJ Julgado com mérito REsp. 1.176.264/RJ Julgado com mérito	523 522
352	PROCESSO CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. Contratos de mútuo imobiliário. Demonstrativo de evolução do débito. Necessidade. Súm. 247 do STJ.	REsp. 1.154.730/PE Afetado	564
353	EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA *on line*. A utilização do sistema BACENJUD. Desnecessidade do exaurimento de diligências por parte do exequente.	REsp. 1.184.765/BA Julgado com mérito	478
356	PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. Auxílio "cesta-alimentação". Incorporação, por entidade de previdência privada, do referido auxílio, aos proventos de complementação de aposentadoria concedida aos empregados em atividade mediante convenção coletiva de trabalho. Princípio da isonomia.	REsp. 1.207.071/RJ Julgado com mérito	639
362	TRIBUTÁRIO. ISS. LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PROVA DA NÃO REPERCUSSÃO. EXIGIBILIDADE. ART. 166 DO CTN.	REsp. 1.131.476/RS Julgado com mérito	445
364	TRIBUTÁRIO. AUXÍLIO CONDUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA. Mera composição ao estado anterior. Inexistência de acréscimo patrimonial.	REsp. 1.096.288/RS Julgado com mérito	184
371	PROCESSO CIVIL. SENTENÇA INCONSTITUCIONAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. Exegese e alcance do art. 741 do CPC. Inaplicabilidade às sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior à de sua vigência.	REsp. 1.189.619/PE Julgado com mérito	474

373	TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. Impossibilidade de ajuizamento de executivo fiscal enquanto pendente de julgamento ação anulatória de lançamento fiscal, em vista da suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo depósito integral do débito. Execução que, caso ajuizada, deverá ser extinta.	REsp. 1.140.956/SP Julgado com mérito	301
376	ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO necessário ao tratamento de saúde, sob pena de bloqueio ou sequestro de verbas do Estado, a serem depositadas em conta corrente.	REsp 1.069.810/RS Afetado	80
380	TRIBUTÁRIO. Prazo prescricional para o contribuinte pleitear a devolução do indébito, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação.	REsp. 1.269.570/MG Julgado com mérito	601
382	PROCESSO CIVIL. AÇÕES COLETIVAS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. Prazo prescricional para exercício das execuções individuais.	REsp. 1.273.643/PR Julgado com mérito	595
383	CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. Responsabilidade da concessionária de transporte ferroviário por morte decorrente de atropelamento por trem, diante da existência ou não de culpa concorrente.	REsp. 1.210.064/SP Julgado com mérito REsp. 1.172.421/SP Julgado com mérito	598 600
384	CIVIL. SFH. CONTRATO DE MUTUO HIPOTECÁRIO. SISTEMA DE PRÉVIO REAJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. SÚMULA 450 STJ.	REsp. 1.110.903/PR Julgado com mérito	517
385	PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. Condenação da Fazenda Pública ao pagamento dos honorários advocatícios, na hipótese de extinção de execução fiscal fundada no art. 26 da Lei 6830/80. POSSIBILIDADE.	REsp. 1.111.002/SP Julgado com mérito	147
393	PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE DESLOCAMENTO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DE USO E CONSUMO ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.	REsp. 1.116.792/PB Julgado com mérito	404

	HIGIDEZ DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA CONSISTENTE NA EXIGÊNCIA DE NOTA FISCAL DOS BENS. IRRELEVÂNCIA DA INEXISTÊNCIA, EM TESE, DE OBRIGAÇÃO PRINCIPAL- NÃO INCIDÊNCIA DE ICMS. FATOR VIABILIZADOR DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. ARTIGOS 175, PARÁGRAFO ÚNICO, E 194, DO CTN.		
399	CIVIL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. Veículo apreendido em razão de infrações do arrendatário. Retomada da posse do bem pelo arrendante. Despesas de remoção, guarda e conservação. Responsabilidade do arrendatário, enquanto vigorar o contrato de arrendamento.	REsp. 1.114.406/SP Julgado com mérito	536
400	PROCESSO CIVIL. Art. 475 - O do CPC. Cabimento do arbitramento de honorários advocatícios em execução provisória (cumprimento provisório de sentença).	REsp. 1.293.605/PR Afetado REsp. 1.291.736/PR Afetado	612 611
401	PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. Art. 244-B do ECA. Crime formal. Desnecessidade de demonstração de efetiva corrupção penal do menor.	REsp. 1.127.954/DF Julgado com mérito	246
402	PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. Aplicabilidade do art. 739-A, §1º do CPC aos embargos à execução fiscal. Concessão de efeito suspensivo.	REsp. 1.272.827/PE Afetado	613
408	CIVIL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. LEI 4.156/62, com redação dada pelo DL 644/69. DECADÊNCIA. PRAZO QUINQUENAL.	REsp. 1.050.199/RJ Julgado com mérito	93
409	PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. Necessidade de prévio requerimento administrativo e pagamento do custo do serviço.	REsp. 982.133/RS Julgado	39
411	CIVIL. VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR.	REsp. 1.184.570/MG Julgado com mérito	620

412	CIVIL. CONSUMIDOR. Interesse de agir do consumidor para propor a ação de prestação de contas, a fim de obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito, bem como correção dos valores lançados e apuração de eventual crédito a seu favor.	REsp. 1.293.689/PR Afetado REsp. 1.293.558/PR Afetado	616 615
415	PROCESSO CIVIL. PREPARO. APELAÇÃO E AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INTERPOSTO APÓS O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE BANCÁRIO. PAGAMENTO NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE. CABIMENTO. DESERÇÃO AFASTADA.	REsp. 1.122.064/DF Julgado com mérito	464
416	ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS, devidos a contar da data da imissão na posse do imóvel e até a data da expedição do precatório original. Taxa de 6% a.a. no período compreendido entre 11/06/1997 e 13/09/2001. Nos demais períodos, a taxa é de 12% a.a. JUROS MORATÓRIOS incidem se o precatório expedido não for pago no prazo constitucional.	REsp. 1.111.829/SP Julgado com mérito REsp. 1.118.103/SP Julgado com mérito	123 232
417	TRIBUTÁRIO. ICMS. LEGITIMIDADE DO CONTRIBUINTE DE FATO (consumidor final) para propor ação declaratória cumulada com repetição do indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada.	REsp. 1.299.303/SC Julgado com mérito	629
420	CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PREVI. RESERVA ESPECIAL RENDA CERTA. Beneficiário que entra para a inatividade antes de completar as 360 contribuições mínimas para o fundo. Possibilidade.	REsp. 1.331.168/RJ Afetado REsp. 1.327.674/RJ (2008.001.350894-0) REsp. 1.325.727/RJ	808
424	CIVIL. LEGALIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO. PRAZO PRESCRICIONAL PARA A AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL.	REsp. 1.339.313/RJ Afetado	687

425	Previdenciário. Prazo decadencial decenal para o segurado requerer a revisão do benefício concedido antes da publicação da MP 1523/97. Art. 103 da Lei 8213/91.	REsp. 1.309.529/PR Julgado com mérito REsp. 1.326.114/SC Julgado com mérito	646 740
426	PROCESSUAL CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR INDUSTRIAL. CONGELAMENTO DE PREÇOS PELO PLANO CRUZADO. MAJORAÇÃO DE TARIFA. ILEGALIDADE DAS PORTARIAS DNAEE 38/86 e 45/86. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA (art. 177 CC). LEGALIDADE DOS REAJUSTES A PARTIR DA VIGÊNCIA DA PORTARIA 153/86 (27/11/86).	REsp. 1.110.321/DF Julgado com mérito	345
427	PROCESSO CIVIL. SFH. CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MUTUO HIPOTECÁRIO. APÓLICE PRIVADA que não afeta o FCVS (após MP 1671/1998). COMPETÊNCIA da Justiça Estadual. Ao contrário, sendo a APÓLICE PÚBLICA, garantida pelo FCVS, há interesse da CEF, sendo a competência da Justiça Federal.	REsp. 1.091.363/SC Julgado com mérito	46
432	PROCESSUAL CIVIL. EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL. O prazo do art. 284 do CPC não é peremptório, mas dilatório, podendo ser reduzido ou ampliado por convenção das partes ou por determinação do juiz, nos termos do art. 181 do CPC.	REsp. 1.133.689/PE Julgado com mérito	348
436	PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CESSÃO DE CRÉDITO. SUCESSÃO PELO CESSIONÁRIO. ANUÊNCIA DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. APLICAÇÃO DA REGRA ESPECÍFICA DO ART. 567, II DO CPC.	REsp. 1.091.443/SP Julgado com mérito	1
438	ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA AJUIZADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. CONTROVÉRSIA QUANTO AO PRAZO PRESCRICIONAL INCIDENTE À ESPÉCIE (PREVALENCIA DO PRAZO QUINQUENAL - LEI ESPECIAL QUE PREVALECE SOBRE NORMA GERAL).	REsp. 1.251.993/PR Julgado com mérito	653
440	PROCESSUAL CIVIL. Possibilidade de prorrogação do prazo	REsp. 1.112.864/MG Afetado	652

	decadencial para ajuizamento da ação rescisória, quando o termo final recair em fim de semana ou feriado.		
441	SFH. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. Contratos regidos pelas normas do SFH. Escolha unilateral do agente fiduciário pelo credor. Possibilidade. Art. 30, I e II, §§ 1º e 2º do DL 70/66. Notificação do devedor em 10 dias para purgar a mora. Art. 31, §1º do DL 70/66. Legalidade do procedimento da execução extrajudicial.	REsp. 1.160.435/PE Julgado com mérito	382
442	PROCESSO CIVIL - Monitória - Desnecessidade de descrição da *causa debendi* para ajuizamento de ação monitória embasada em cheque prescrito.	REsp. 1.094.571/SP Julgado com mérito	686
448	PROCESSO CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. Cabimento do recurso relativamente a questões acessórias. Honorários de sucumbência.	REsp. 1.113.175/DF Julgado com mérito	194
450	CIVIL. PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PARA O CUSTEIO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.	REsp. 1.197.564/SC Afetado REsp. 1.249.321/RS Julgado com mérito	678 679
451	CIVIL. ARRENDAMENTO IMOBILIÁRIO ESPECIAL. Faculdade ou obrigatoriedade de a instituição financeira promover o arrendamento imobiliário especial previsto no art. 38, *caput*, e § 2º da Lei nº 10.150/2000.	REsp. 1.161.522/AL Julgado com mérito	677
452	PENAL e PROCESSO PENAL. INCIDÊNCIA DO RECONHECIMENTO DO PRIVILÉGIO (art. 155, § 2º CP) NOS CASOS DE FURTO QUALIFICADO (art. 155, § 4º CP). POSSIBILIDADE, máxime se presente qualificadora de ordem objetiva, a primariedade do réu e também o pequeno valor da *res furtiva*.	REsp. 1.193.194/MG Julgado com mérito REsp. 1.193.554/MG Julgado com mérito REsp. 1.193.558/MG Julgado com mérito REsp. 1.193.932/MG Julgado com mérito	680 683 682 681
456	SFH. Indagação sobre se a existência/inexistência de juros capitalizados em contratos que utilizam a Tabela Price é	REsp. 1.124.552/RS Afetado	689

	matéria de fato – e por isso demandaria a realização de provas – ou exclusivamente jurídica, dispensada a dilação probatória.		
457	CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS PARA O CUSTEIO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.	REsp. 1.243.646/PR Julgado com mérito	693
458	PROCESSUAL CIVIL. COMERCIAL. Força executiva da Cédula de Crédito Bancário, título de crédito disciplinado pela Lei 10.931/04.	REsp. 1.291.575/PR Afetado	694
459	PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. Alcance da hipoteca constituída pela construtora em benefício do agente financeiro do empreendimento, precisamente se o gravame prevalece em relação aos adquirentes das unidades habitacionais.	REsp. 1.175.089/MG Afetado	690
460	EXECUÇÃO FISCAL. DIREITO SUBJETIVO da parte executada, ainda que não apresente elementos concretos que justifiquem a incidência do princípio da menor onerosidade (art. 620 CPC), à aceitação do bem por ela nomeado à penhora, em desacordo com a ordem prevista nos art. 11 Lei 6830/80 e 655 CPC.	REsp. 1.337.790/PR Afetado	705
461	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. Forma de pagamento das parcelas vencidas entre a impetração e o trânsito em julgado (folha suplementar ou precatório).	REsp. 1.305.472/RN Afetado	706
462	CIVIL. CONTRATOS. Forma de devolução dos valores devidos ao promitente comprador (se imediatamente ou somente ao término da obra) em razão da rescisão do contrato de promessa de compra e venda de imóvel.	REsp. 1.300.418/SC Afetado	695
463	PROCESSUAL PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE	REsp. 1.114.244/PR	715

	PROVISÓRIA. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 44 DA LEI 11.343/06. Possibilidade de concessão de liberdade provisória a preso, em flagrante, pela suposta prática de crime de tráfico ilícito de drogas (art. 33, caput, da Lei 11.343/06), haja vista a vedação expressa do art. 44 da referida lei.	Afetado REsp. 1.114.418/PR Afetado REsp. 1.114.150/PR Afetado	 714 713
467	PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTN's. ART. 34 DA LEI 6830/80.	REsp. 1.168.625/MG Julgado com mérito	442
468	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. Valores recebidos indevidamente por interpretação errônea da lei. IMPOSSIBILIDADE de restituição. Boa fé do administrado.	REsp. 1.244.182/PB Julgado com mérito	621
469	PENAL. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA.	REsp. 1.341.370/MT Julgado com mérito	723
470	ADMINISTRATIVO. TAXA DE OCUPAÇÃO. TERRENO DE MARINHA. O prazo prescricional é de cinco anos, à luz dos art. 1º do DL 20.910/32 e art. 47 da Lei 9.636/98. Inaplicável a prescrição delineada no CC.	REsp. 1.133.696/RJ Julgado com mérito	275
472	PENAL. Posse ilegal de arma de fogo de uso restrito. Lei 11.706/08. *Vacatio legis* aplicável apenas ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido. Inaplicabilidade da *abolitio criminis* temporária.	REsp. 1.311.408/RN Julgado com mérito	739
473	EXECUÇÃO PENAL e PROCESSO DE CONHECIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. Causa de diminuição (art. 33, § 4º Lei 11.343/06). Perda ou não da natureza hedionda do delito.	REsp. 1.329.088/RS Julgado com mérito REsp. 1.339.094/RS Desafetado REsp. 1.360.846/RS Afetado REsp. 1.340.682/RS Desafetado	744 764 766 765

476	PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. Necessidade de comprovação do nexo de causalidade entre a atividade laborativa e a lesão, bem como da efetiva redução parcial permanente da capacidade do segurado para o trabalho.	Resp. 1.108.298/SC Julgado com mérito	236
477	PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO E EMBARGOS À EXECUÇÃO. Possibilidade ou não de arbitramento de honorários advocatícios na execução independentemente da oposição de embargos à execução.	REsp. 1.349.029/RS Afetado	726
478	PROCESSO CIVIL. Resposta das instituições financeiras ao ofício de requisição de informação de ativos financeiros via BACEN-JUD. Documentos sigilosos. Necessidade ou não de arquivamento em pasta própria, fora dos autos e/ou decretação de segredo de justiça.	REsp. 1.349.363/SP Afetado	730
479	CIVIL. TRIBUTÁRIO. INADMISSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS REGRAS DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO, PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL, À COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. PRAZO PRESCRICIONAL PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LC 118/05. PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 ANOS, CONTADOS DA DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF NO RE 566.621/RS (REL. MIN. ELLEN GRACIE, DJE 11.10.2011), COM REPERCUSSÃO GERAL.	REsp. 960.239/SC Julgado com mérito	421
485	PENAL E PROCESSO PENAL. ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR NA FORMA SIMPLES. CRIMES ANTERIORES À LEI Nº 12.015/09. CARACTERIZAÇÃO DA NATUREZA HEDIONDA, INDEPENDENTEMENTE QUE TENHAM RESULTADO LESÕES CORPORAIS DE NATUREZA GRAVE OU MORTE.	REsp. 1.110.520/SP Julgado com mérito	709
486	PENAL. VENDA DE CD's 'PIRATAS'. OFENSA AO ART. 184, § 2º DO CP. CONDUTA TÍPICA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL.	REsp. 1.193.196/MG Julgado com mérito	733

487	TRIBUTÁRIO. Possibilidade ou não de decretação da prescrição intercorrente na hipótese em que não houve o arquivamento dos autos (art. 40 da Lei 6830/80), com base na constatação de que a execução fiscal se tornou ineficaz para a recuperação do crédito.	REsp. 1.357.679/RS Desafetado REsp. 1.357.704/RS Desafetado	750 751
488	TRIBUTÁRIO. Possibilidade ou não de documento de confissão de dívida tributária poder constituir o crédito tributário mesmo após o prazo decadencial previsto no art. 173, I do CTN.	REsp. 1.355.947/SP Afetado	754
489	PENAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. POSSIBILIDADE OU NÃO DE MANUTENÇÃO DE MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA DIVERSA DA INTERNAÇÃO APÓS A MAIORIDADE CIVIL DO REPRESENTADO.	REsp. 0012242-69.2012.8.19.0000	
491	PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (prescrição após a propositura da ação – art. 40 e §§ da LEF (Lei nº 6.830/80). SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM. Questiona-se: a) Qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública que inaugura o prazo de 1 (um) ano previsto no art. 40, §2º, da LEF; b) Se o prazo de 1 (um) ano de suspensão somado aos outros 5 (cinco) anos de arquivamento pode ser contado em 6 (seis) anos por inteiro para fins de decretar a prescrição intercorrente; c) Quais são os obstáculos ao curso do prazo prescricional da prescrição prevista no art. 40, da LEF e d) Se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que determina a suspensão da execução fiscal (art. 40, §1º), ou o arquivamento (art. 40, §2º), ou para sua manifestação antes da decisão que decreta a prescrição intercorrente (art. 40, §4º) ilide a decretação da prescrição intercorrente.	REsp. 1.340.553/RS Afetado	688
495	TRIBUTÁRIO. ICMS. CREDITAMENTO (PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE). Aquisição de energia elétrica consumida em estabelecimento comercial, à luz da Lei Complementar 87/96 e alterações legislativas subsequentes. POSSIBILIDADE de Creditamento do ICMS quando caracterizado o processo de industrialização.	REsp. 1.117.139/RJ Julgado com mérito	269

496	PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO (PSS). RETENÇÃO. VALORES PAGOS EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL (DIFERENÇAS SALARIAIS). INEXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A PARCELA REFERENTE AOS JUROS DE MORA.	REsp. 1.239.203/PR Julgado com mérito	582
497	Civil. Processo Civil. Fazenda Pública. Servidor Público. Diferenças remuneratórias cobradas em juízo. Termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre tais diferenças.	REsp. 1.356.120/RS Afetado	761
498	Fazenda Pública. Recebimento do crédito principal por precatório. Possibilidade de pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais por RPV.	REsp. 1.347.736/RS Afetado	757
500	Tributário. Débitos tributários da matriz. Discussão a respeito da possibilidade de bloqueio de bens de titularidade das filiais. (mesmo CNPJ ou CNPJ diversos)	REsp. 1.355.812/RS Afetado	767
501	Execução Penal – Trabalho Extramuros – Remição – Possibilidade ou não.	REsp. 0009562-14.2012.8.19.0000	
502	Prazo prescricional para o exercício da pretensão de revisão de clausula contratual que prevê reajuste de plano de saúde e respectiva repetição de valores supostamente pagos a maior.	REsp. 1.361.182/RS Afetado REsp. 1.360.969/RS Afetado	760 759
504	Necessidade de ajuizamento de ação autônoma para discutir os encargos incidentes sobre depósitos judiciais.	REsp. 1.360.212/SP Afetado REsp. 1.359.988/SP Afetado	775 776
505	Incidência ou não de COFINS sobre as mensalidades pagas por alunos a instituições de ensino.	REsp. 1.353.111/RS Afetado	777

511	Expurgos inflacionários – termo inicial da correção monetária – data em que os expurgos deveriam ter sido aplicados nos saldos das contas vinculadas do FGTS, e não a partir da citação.	REsp. 1.112.413/ AL Julgado com mérito	198
512	Civil – Contrato - Possibilidade ou não de cobrança das taxas/tarifas administrativas para abertura de crédito, de emissão de carnê e de pagamento parcelado do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), dentre outros encargos.	REsp. 1.251.331/RS Afetado REsp. 1.255.573/RS Afetado REsp. 1.111.270/PR Afetado	772 773 774
513	Fazenda Pública – direito à compensação tributária – fixação de honorários advocatícios sobre valor da causa ou valor da condenação.	REsp. 1.155.125/MG Julgado com mérito	377
517	Fazenda Pública - Solidariedade passiva da União, Estados e Municípios para figurar no pólo passivo da demanda concernente ao fornecimento de medicamentos, próteses e procedimentos cirúrgicos que garantam a vida e saúde do consumidor.	REsp. 0282031-76.2009.8.19.0001 REsp. 0215060-12.2009.8.19.0001	
518	Civil – Compra e venda – imóvel em construção – possibilidade de cobrança de juros antes da entrega das chaves.	REsp. 0158077-32.2005.8.19.0001	
521	Perda da pretensão imposta em decorrência do transcurso do prazo prescricional previsto no art. 61 da Lei do Cheque. Cabimento da ação monitória quando não se discute o negócio jurídico que deu origem ao crédito.	REsp. 1.101.412/SP Afetado	781
522	Empresarial. Falência. Habilitação de Crédito - Natureza dos honorários advocatícios decorrentes da habilitação: trabalhista ou crédito com privilégio geral.	REsp. 1.152.218/RS Afetado	791

523	Processo Civil. Prazo para ajuizamento de ação monitória fundada em nota promissória prescrita.	REsp. 1.262.056/SP Afetado	798
525	Processual Civil – Execução Fiscal e Embargos do Devedor – Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública Municipal – Prerrogativa também assegurada no segundo grau de jurisdição.	REsp. 1.268.324/PA Julgado com mérito	590
526	Direito penal – art. 307 do CP – Prisão em flagrante – Falsa identificação perante autoridade policial – Autodefesa – Inexistência – Tipicidade da conduta de falsa identidade.	REsp. 1.362.524/MG Afetado	804
527	Direito Civil e Previdenciário - Complementação de aposentadoria – Pleito de revisão da base de cálculo da renda mensal inicial – Prescrição do fundo de direito ou prescrição quinquenal das parcelas.	REsp. 0207155-82.2011.8.19.0001	
528	Fazenda Pública – Previdência – Prescrição quinquenal do fundo de direito ou das parcelas.	REsp. 0017016-21.2008.8.19.0021	
531	Execução Penal – Reconhecimento de falta grave – Necessidade ou não de instauração prévia de procedimento administrativo disciplinar.	REsp. 1.379.049/RS Afetado	824
532	Processo Civil. Cabimento ou não de ação cautelar para exibição de documentos por instituição financeira – Ausência ou não de interesse de agir.	REsp. 1.349.453/MS Afetado	806